



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.580-A, DE 2003 **(Do Sr. Carlos Nader)**

"Adiciona-se dispositivos a Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984"; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação deste e pela rejeição dos de nºs 4.202/04 e 4.451/04, apensados (relator: DEP. LINCOLN PORTELA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projetos apensados: PLs 4.202/04 e 4.451/04

III - Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º Os arts. 21, 23 e 28 da Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21

Parágrafo único – O acesso do preso à cultura e aos esportes deve ser estimulado, mediante a implantação de programas oficiais educacionais orientados.

Art. 23 –

VIII – fazer levantamento sistemático da:

- a) necessidade de mão-de-obra demandada pelo mercado de trabalho externo;
- b) possibilidade de desenvolvimento profissional da aptidão de cada preso com o devido enquadramento técnico;
- c) possibilidade de as empresas absorverem a mão-de-obra prisional nas condições levantadas na letra anterior.

Art. 28

§3º As tarefas determinadas aos presos devem auxiliá-los na formação profissional e desenvolvimento de sua personalidade, visando à aceitação no mercado de trabalho externo.

§4º O trabalho do preso deve oferecer-lhe condições de motivação em seu próprio aperfeiçoamento.

§5º A administração do estabelecimento penitenciário pode assinar convênio com os órgãos públicos, para a utilização do trabalho do preso ou egresso em construção de escolas ou obras em que não se exija a licitação pública.”

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo imprimir certa efetividade nas normas do sistema penitenciário, preocupando-se com a realização e minimização dos efeitos nocivos da prisão.

A superpopulação carcerária leva a uma drástica redução do benefício de outras condições que deve oferecer o centro penal: falta de higiene, insuficiência ou, em muitos casos, inexistência de serviço médico, elevado consumo de drogas, muitas vezes promovido pela corrupção de alguns funcionários penitenciários; reiterados abusos sexuais; e conseqüente ambiente propício à violência, onde impera a lei do mais forte.

As condições deficientes de trabalho têm significado em um ócio completo, permitindo que se revoltem e ocupem a mente com realidades virtuais de rebelião, fuga, crimes cada vez mais audaciosos, seguindo naturalmente os passos do crime organizado.

Qualquer tentativa de reintegração social do preso tem que considerar o trabalho. A utilização da pena como medida terapêutica correspondente a uma ideologia já ultrapassada em todo mundo. Hoje o que prevalece é a teoria da necessidade de reproduzir sistemas sociais na vida carcerária.

Assim, solicito aos Ilustres Pares a aprovação da presente medida.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2003

Deputado CARLOS NADER

PFL-RJ

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

LEI nº 7.210, DE 11 de julho de 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

.....

**TÍTULO II
DO CONDENADO E DO INTERNADO**

.....

**CAPÍTULO II
DA ASSISTÊNCIA**

.....

**Seção V
Da Assistência Educacional**

.....

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

**Seção VI
Da Assistência Social**

Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social:

- I - conhecer os resultados dos diagnósticos e exames;
- II - relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentados pelo assistido;
- III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;
- IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;
- V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;
- VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente no trabalho;
- VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

**Seção VII
Da Assistência Religiosa**

Art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

.....
CAPÍTULO III
DO TRABALHO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

§ 1º Aplicam-se à organização e aos métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e à higiene.

§ 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo.

§ 1º O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

a) à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;

b) à assistência à família;

c) a pequenas despesas pessoais;

d) ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

§ 2º Ressalvadas outras aplicações legais, será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em cadernetas de poupança, que será entregue ao condenado quando posto em liberdade.

.....
.....
PROJETO DE LEI N.º 4.202, DE 2004
(Do Sr. Ronaldo Vasconcellos)

Altera o art. 11 e acrescenta o art. 21-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, tornando obrigatória a existência de programas desportivos para os presidiários.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL-2580/2003.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º O art. 11 da Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11

IV – educacional e desportiva.”(NR)

.....

Art. 2º Adicione-se o seguinte art. 21–A à Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984:

“Art. 21–A. A implantação de programas oficiais de prática desportiva é obrigatória.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por objetivo tornar obrigatória a implantação de programas desportivos nos presídios.

A excessiva quantidade de presos vem tornando o sistema carcerário brasileiro insustentável e a reabilitação do presidiário é, cada vez mais, incerta. Além disso, a maioria dos presídios nacionais não oferece condições dignas para que um processo correccional possa ser bem sucedido. As instituições penais sofrem com a falta de higiene, com a inadequação e insuficiência da prestação de serviços de saúde, bem como com a existência do consumo de drogas e da promiscuidade no interior dos estabelecimentos.

O esporte pode se constituir em um instrumento precioso para a minoração do ócio que soe existir em meio aos presidiários. Ao oferecer a oportunidade de práticas desportivas orientadas, espera-se que os detentos se afastem das rebeliões, fugas e outros crimes que possam ser cometidos. Não se espera, e não é essa a proposta, uma solução mágica a ser proporcionada pela prática desportiva, mas que, ao oferecer essa opção, o Estado esteja aumentando o rol de possibilidades para a reabilitação do preso.

Convencido da importância de tal iniciativa, solicito aos Ilustres Pares o necessário apoio à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 2004.

Deputado Ronaldo Vasconcellos

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

.....

**TÍTULO II
DO CONDENADO E DO INTERNADO**

.....

**CAPÍTULO II
DA ASSISTÊNCIA**

**Seção I
Disposições Gerais**

.....

Art. 11. A assistência será:

- I - material;
- II - à saúde;
- III - jurídica;
- IV - educacional;
- V - social;
- VI - religiosa.

**Seção II
Da Assistência Material**

Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

.....

**Seção V
Da Assistência Educacional**

.....

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Seção VI
Da Assistência Social

Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade.

.....

.....

PROJETO DE LEI N.º 4.451, DE 2004
(Do Sr. Carlos Souza)

Modifica a redação do art. 14 da Lei de Execução Penal - Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, incluindo no referido artigo, como modalidade assistencial, as práticas esportivas.

DESPACHO:

APENSE-SE ESTE AO PL 4202/2003

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões – Art. 24, II

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei modifica a redação do art. 14 da Lei de Execução Penal.

Art. 2º O art. 14 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, empreenderá atendimento médico, farmacêutico, odontológico e incentivo às práticas esportivas.”(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O adequado tratamento a ser dispensados aos presos, tanto

no que se refere à punição, quanto no que se refere à sua recuperação e preparo para volta ao convívio coletivo, tem sido alvo de constantes preocupações e escritos de criminalistas, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, médicos, enfim, de todos os profissionais ligados ao procedimento.

A Lei 7.210/84, regulou a execução criminal. Ao tratar, no seu art. 10, de assistência a preso elencou as diversas áreas a serem trabalhadas: material, saúde, jurídica, educacional, social, religiosa. A menção a cada tipo de área alvo implicará no seu detalhamento, a ser feito por atos regulamentares menores e a adoção de atividades práticas, orientadas pelo Conselho, mencionado no artigo 61 da lei, e atuação de serviços subalternos, órgãos conveniados, etc.

Dentre as modalidades assistenciais preconizadas na lei, uma delas está a merecer complementação. É sabido que a prática esportiva é indispensável, tanto para a saúde física, quanto para a saúde mental das pessoas. Sabe-se que o esforço físico orientado sob a forma de prática de esportes, só tem a contribuir com o ser humano. Instituir tal prática nas penitenciárias seria, indiscutivelmente, de grande valia.

Por estas razões alteramos a redação do art. 14, que trata da assistência à saúde do detento, incluindo a prática do esporte como forma de assistência à saúde.

Com certeza a prática esportiva irá também tornar mais útil e saudável o aproveitamento das horas de lazer, contribuindo mesmo para a disciplina, pois a energia despendida nos esportes, provavelmente tornará o condenado mais propenso ao repouso, no período de destinado ao descanso e sono, evitando ou diminuindo confabulações e conversas de bastidores, nem sempre de cunho construtivo.

São nossas justificações ao PL, para o qual esperamos total apoio dos nobres colegas.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 2004.

Deputado CARLOS SOUZA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI
--

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

.....

TÍTULO II
Do Condenado e do Internado

.....

CAPÍTULO II
DA ASSISTÊNCIA

Seção I
Disposições Gerais

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.

Art. 11. A assistência será:

- I - material;
- II - à saúde;
- III - jurídica;
- IV - educacional;
- V - social;
- VI - religiosa.

.....

Seção III
Da Assistência à Saúde

Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

§ 1º (Vetado).

§ 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

Seção IV

Da Assistência Jurídica

Art. 15. A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado.

.....

TÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. São órgãos da execução penal:

- I - o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;
- II - o Juízo da Execução;
- III - o Ministério Público;
- IV - o Conselho Penitenciário;
- V - os Departamentos Penitenciários;
- VI - o Patronato;
- VII - o Conselho da Comunidade.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Art. 62. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com sede na Capital da República, é subordinado ao Ministério da Justiça.

.....

.....

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 2.580/2003, que visa a realizar alterações na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com o objetivo de garantir o acesso do presidiário à cultura e aos esportes por meio de programas específicos. Além disso, propõe modificações nos arts. 23 e 28 da citada lei, para promover a melhoria das condições de aproveitamento da mão-de-obra e capacitação dos internos.

Em sua justificação, o nobre Autor, explica que o objetivo de sua proposição é “imprimir certa efetividade nas normas do sistema penitenciário”. Acrescenta

que “a superpopulação carcerária leva a uma drástica redução do benefício de outras condições que deve oferecer o centro penal”. Além disso, argumenta que “as condições deficientes de trabalho têm significado um ócio completo, permitindo que se revoltem e ocupem a mente com realidades virtuais de rebelião, fuga, crimes cada vez mais audaciosos, seguindo naturalmente os passos do crime organizado”.

Conclui a sua justificação afirmando que deve ser dada a devida importância ao trabalho e à reprodução de sistemas sociais para que seja possível a reintegração social do preso.

Apensos a essa proposição estão os PLs nºs 4.202/04 e 4.451/04, que têm como Autores os nobres Deputados Ronaldo Vasconcelos e Carlos Souza, respectivamente. Os dois projetos contêm propostas semelhantes à proposição principal.

O PL 4.202/2004 propõe alteração do art. 11, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 e a inclusão do art. 21-A, com o propósito de tornar obrigatória a prática desportiva nos estabelecimentos prisionais.

O PL 4.451/2004 propõe alteração do art. 14, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com o propósito de incluir o incentivo às práticas esportivas no rol das modalidades assistenciais que devem ser oferecidas aos internos do sistema prisional.

Em 05 de dezembro de 2003, por despacho da Mesa, o projeto foi encaminhado às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania. nos termos em que dispõem os arts. 24, inciso II, e 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Esgotado o prazo regimental, a proposição não recebeu emendas nesta Comissão Permanente.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria em questão é da competência desta Comissão, nos termos da alínea f, do inciso XVI, do art. 32, do RICD.

Entendemos que a iniciativa do nobre Deputado Carlos Nader, Autor da proposição principal, bem como a dos demais colegas é de suma importância para contribuir na reintegração do interno do sistema prisional ao convívio social saudável, após

cumprir a sua pena. O emprego da prática esportiva é uma das estratégias que mais êxito demonstra no contexto de ressocialização de detentos.

Além disso, a proposição ainda objetiva a alteração do art. 23, da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, incluindo entre as obrigações da assistência social o levantamento sistemático de oportunidades de trabalho, da necessidade de mão-de-obra demanda pelo mercado local, bem como das possibilidades de desenvolvimento profissional dos detentos. Pensamos que este é o maior mérito da proposição, pois valoriza o trabalho como um meio para a ressignificação do sentido de vida do preso, da sua posição frente à sociedade e, principalmente, do preso para consigo mesmo, melhorando a sua auto-estima e motivando-o a superar as causas que o levaram à pena de reclusão.

Entendemos que enfatizar a utilização dessas estratégias é fundamental para que possamos oferecer reais oportunidades para aqueles que, tendo cometido algum crime cuja pena restringiu a sua liberdade, possam retornar ao convívio social, desfrutando de todos os benefícios que a plena cidadania pode oferecer.

Quanto às proposições apensadas, tanto o previsto pelo PL nº 4.202/04, quanto pelo PL nº 4.451/04 já está incluído no texto da proposição principal. Nos congratulamos com a iniciativa dos nobres Autores e entendemos que reforçam os argumentos apresentados na proposição principal. No entanto, por questões de natureza regimentais, bem conhecidas por todos os nobres Pares, não é possível aprovarmos mais de uma proposição, motivo pelo qual nos vemos forçados a indicar a mais antiga e porque também trata da melhoria das oportunidades de trabalho para os internos.

Dessa forma, voto pela APROVAÇÃO do PL 2.580/2003, proposição principal, por considerar que é oportuno e se constitui em aprimoramento da legislação nacional, e pela REJEIÇÃO dos PLs nºs 4.202/04 e 4.451/04, por já estarem as suas pretensões contempladas no texto da proposição principal.

Sala da Comissão, em 29 de junho de 2006.

Deputado LINCOLN PORTELA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou o Projeto de Lei nº 2.580/03 e rejeitou os PLs 4.202/04 e 4.451/04, apensados, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Lincoln Portela.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

José Militão - Presidente; José Otávio Germano e Ademir Camilo - Vice-Presidentes; Coronel Alves, José Eduardo Cardozo, Lincoln Portela, Moroni Torgan e Professor Irapuan Teixeira - Titulares; Colombo, Fleury, Gonzaga Patriota e Mendes Ribeiro Filho - Suplentes.

Sala da Comissão, em 11 de julho de 2006.

Deputado JOSÉ MILITÃO
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
